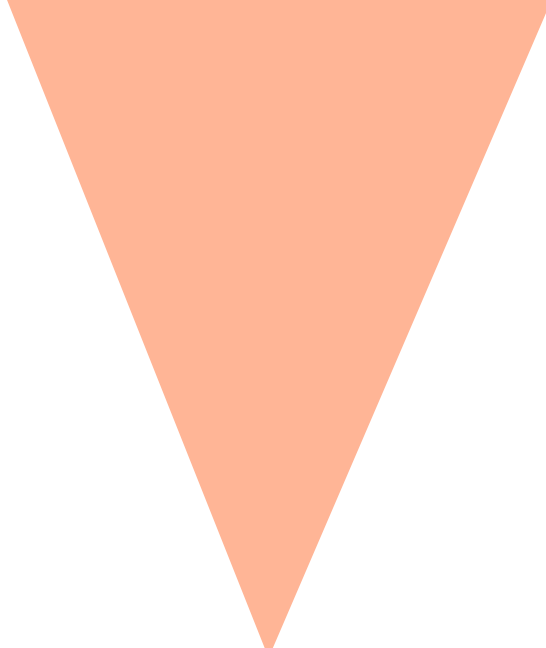




Virada cultural Amazônia de pé

*contribuições para a integração entre cultura,
justiça climática e políticas públicas*

Catarina Nefertari dos Anjos Brandão¹

Helena de Almeida Ramos²

Pedro G. Ferreira³

-
- 1 **Catarina Nefertari** é comunicóloga e ativista amazônida. É graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará e especializada em Gestão Estratégica de Negócios pela FIAP. Atua com comunicação de causas, mobilização social e clima. É Gestora de Comunicação e Mobilização da Amazônia de Pé, cofundadora do Laboratório da Cidade e é bolsista do Climate Parent Fellowship 2025. E-mail: catarina@amazoniadepe.org
 - 2 **Helena Ramos** é gestora de projetos socioculturais e pesquisadora, com práticas que articulam a cultura como forma de resistência e transformação social, com experiência de mais de 15 anos em projetos nacionais e internacionais. É mestre em Trabalho Social Comunitário pela Universidade Complutense de Madrid, com pesquisa sobre a abordagem comunitária na gestão cultural pública. É Gestora de Produção e Cultura na Amazônia de Pé, e conselheira da atual fase da pesquisa Cultura e Clima. E-mail: helena@amazoniadepe.org
 - 3 **Pedro G. Ferreira** é pesquisador em políticas culturais, direitos humanos e justiça climática. Coordena projetos de cooperação internacional voltados a comunidades em contextos de vulnerabilidade e conflito, com atuações recentes no Brasil, México, Chade e Ucrânia. É doutorando na Queen Mary University of London, onde pesquisa como mobilizações sociais influenciam a construção de políticas culturais públicas, com ênfase na Amazônia brasileira e nas agendas de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. Já colaborou com agências da ONU, como a UNESCO, em iniciativas ligadas a direitos culturais, pós-conflito e anti-discriminação. E-mail: pedroferreirafg@gmail.com

RESUMO:

Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da cultura como infraestrutura social na formulação de políticas públicas frente à crise climática. Com base na experiência do movimento Amazônia de Pé (AdP), analisa-se a integração entre dados, comunicação popular e mobilização comunitária. Destacam-se a Virada Cultural, que une arte e política em ações territoriais, e o Observatório das Florestas Públicas, que articula ciência cidadã e incidência institucional, como modelos de cooperação entre Estado e sociedade civil, com apoio a ONGs e coletivos locais. O artigo apresenta propostas para incorporar saberes tradicionais e fortalecer redes culturais. A cultura é tratada como eixo estratégico de incidência política e ambiental. A experiência do AdP sugere caminhos para descentralizar e nacionalizar a agenda amazônica.

Palavras-chave: Cultura; Justiça Climática; Amazônia de Pé; Políticas Públicas.

ABSTRACT:

This article reflects on the role of culture as a social infrastructure in shaping public policies amid the climate crisis. Based on the Amazônia de Pé (AdP) experience, it explores strategies combining data, popular communication, and community mobilisation. It highlights the Virada Cultural, which connects art, politics, and territorial action, and the Observatory of Public Forests, linking citizen science and institutional advocacy. The article defends cooperation between the state and civil society, supporting NGOs and grassroots collectives. Culture is presented as a key axis of political and environmental advocacy. It offers recommendations to incorporate traditional knowledge, decentralise and nationalise the Amazonian agenda, and strengthen cultural networks.

Keywords: Culture; Climate Justice; Amazônia de Pé; Public Policies.

INTRODUÇÃO

Ao longo deste artigo, propomos uma reflexão sobre os paradigmas atuais de políticas culturais no Brasil, a partir da análise de projetos e programas emergentes da sociedade civil, especialmente em contextos de crise climática e desigualdades estruturais. Reunimos três perspectivas complementares – a análise acadêmica das políticas culturais, a formulação de estratégias de ativismo e a gestão de projetos e programas – para analisar a trajetória do movimento Amazônia de Pé (AdP). Desse modo, buscamos demonstrar como a cultura, quando concebida como infraestrutura social, pode articular ciência, política e mobilização comunitária, oferecendo pistas concretas para a formulação de agendas públicas mais inclusivas, territoriais e sustentáveis. Ao antecipar essa análise, defendemos que as experiências desenvolvidas nas margens do Estado – por coletivos, movimentos e organizações – não apenas complementam, mas redesenham as bases sobre as quais se pode construir um novo planejamento para as políticas culturais no século XXI.

O Amazônia de Pé exemplifica uma forma única de articulação entre cultura, ciência e mobilização política na defesa da floresta e de seus povos. A partir da tecnopolítica, da criação da Virada Cultural e

da fundação do Observatório das Florestas Públicas, o movimento consolidou práticas que combinam a produção de dados científicos, a valorização dos saberes ancestrais e a mobilização afetiva e territorializada. Ao priorizar estratégias de comunicação baseadas na escuta ativa e na construção coletiva de narrativas, o AdP desafia a lógica extrativista e colonial que historicamente moldou a representação da Amazônia e propõe novos imaginários políticos centrados no reconhecimento dos povos amazônidas como sujeitos históricos e protagonistas da transformação socioambiental.

A metodologia de incidência cultural desenvolvida pela Virada Cultural do Amazônia de Pé articula-se em torno de quatro eixos centrais: (i) o mapeamento de ações locais e nacionais; (ii) a implementação de editais de apoio a organizações da rede do movimento; (iii) a disponibilização de kits de ferramentas de mobilização física e digital; e (iv) a construção de narrativas políticas adaptáveis aos contextos de emergência climática. A partir dessas estratégias, o movimento consolidou um modelo replicável de mobilização social, combinando práticas culturais, produção de dados científicos e articulação comunitária em defesa da Amazônia e de seus povos. Neste artigo, apresentaremos uma conceitualização para cultura, assim como o histórico do movimento e como essas metodologias fortalecem redes territoriais e propõem novos paradigmas para a construção de políticas públicas baseadas na justiça climática e na democracia participativa.

A partir da experiência do AdP com a Virada Cultural, identificamos recomendações concretas para a construção de políticas públicas mais eficazes na integração entre mobilização cultural e produção de conhecimento aplicado. Primeiramente, destaca-se a importância de criar mecanismos que apoiem simultaneamente ações culturais e projetos de levantamento comunitário de dados, fortalecendo o vínculo entre expressão simbólica e base técnica. Recomenda-se também a implementação de formações cruzadas, capacitando artistas em direitos humanos e meio ambiente, e pesquisadores em

estratégias culturais de mobilização. Além disso, observatórios e programas de monitoramento devem incorporar a cultura como dimensão estratégica, incluindo gestores culturais e comunicadores populares em suas estruturas. As campanhas públicas, por sua vez, devem sempre prever eixos simbólicos de comunicação social, integrando produção cultural ao debate técnico. Por fim, é fundamental fomentar a coprodução de narrativas locais, apoiando diretamente iniciativas comunitárias que articulem saberes, dados e expressões culturais em defesa de seus territórios e direitos.

A CULTURA COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DA CIDADANIA E DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

A cultura pode ser compreendida a partir de uma dupla natureza: enquanto um valor em si mesma, pela sua criação simbólica e construção de identidades, e como instrumento para a promoção da coesão social, do desenvolvimento humano e da justiça (THROSBY, 2000; CHAUÍ, 2000). Neste artigo, adotamos as definições do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pelo Ministério da Cultura em 2010, e a formulação proposta pela UNESCO em 2002, ambas compreendendo a cultura em sua dimensão ampla e antropológica, enquanto conjunto de valores, práticas, saberes e expressões que estruturam a vida social. A escolha dessas referências se justifica pela sua legitimidade e abrangência: o PNC traduz uma perspectiva nacional orientada pela diversidade cultural e pelos direitos humanos, enquanto a UNESCO consolida um marco internacional que reconhece a cultura como eixo estratégico no desenvolvimento humano e promoção da cidadania. A partir delas, analisaremos os desafios das políticas culturais na promoção da participação social, com foco nas agendas climáticas.

Instituído pela Lei nº 12.343/2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC) organizou as políticas culturais brasileiras em torno de três dimensões principais: simbólica, cidadã e econômica. De modo geral, o PNC

entende a cultura como expressão que configura a diversidade social do país. Seu objetivo central foi durante sua vigência fomentar a criação simbólica e fortalecer o capital cultural brasileiro, combatendo desigualdades e ampliando o acesso e a participação social. Nesse sentido, ele propõe a presença ativa do Estado nos diversos contextos culturais, orientando as políticas públicas para a qualidade de vida e o fortalecimento dos laços de identidade coletiva. De forma convergente, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO define cultura como o conjunto dos traços espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade, incluindo artes, modos de vida, valores, direitos fundamentais e crenças.

Ambas as abordagens compartilham a concepção da cultura pelos valores que estruturam a vida comunitária, perspectiva também defendida por autores como Chauí (2000), Beirak (2021) e Hawkes (2001) e por instrumentos internacionais como a Declaração de Hangzhou (2013). Essa visão consolida a cultura como o quarto pilar da sustentabilidade, com três implicações centrais: (i) o reconhecimento do pertencimento e do bem-estar como construções culturais contextuais; (ii) a necessidade de integrar a cultura ao planejamento de políticas públicas, favorecendo o diálogo intercultural e perspectivas de desenvolvimento mais inclusivas e críticas às hegemonias; e (iii) a criação de cenários alternativos que desafiem estruturas excludentes e homogêneas.

Abordar a relação intrínseca entre cultura e desenvolvimento requer compreendê-lo não apenas pelo crescimento econômico, mas como a ampliação das liberdades humanas e das condições para o exercício pleno da cidadania (SEN, 1999). Essa perspectiva pressupõe reconhecer que abordagens tecnocráticas possuem limites para enfrentar desafios estruturais como a pobreza, a fome, a exclusão educacional, a discriminação, a repressão política e a restrição da participação social. Enquanto essas limitações persistirem, o pleno exercício dos direitos humanos – e, por conseguinte, da cidadania – continuará distante para parcelas expressivas da população,

configurando o que Milton Santos (1987) denomina cidadania mutilada: aquela em que os direitos existem formalmente, mas não se concretizam integralmente.

No campo da cultura, observa-se que, embora as políticas públicas tenham avançado na promoção do acesso aos bens culturais, ainda se impõe a necessidade de fortalecer dimensões igualmente fundamentais dos direitos culturais, como a participação, a expressão, a proteção, o desenvolvimento e a transmissão dos saberes. No Brasil, a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (2003–2008) representou um marco nesse sentido, ao consolidar o eixo da participação social nas políticas culturais, especialmente por meio do programa Cultura Viva (2004), que reconheceu e fortaleceu as iniciativas comunitárias a partir da criação dos Pontos de Cultura como agentes locais de transformação e valorização da diversidade cultural (RUBIM, 2011; CALABRE, 2009).

Atualmente, sob a gestão da Ministra Margareth Menezes, o programa Cultura Viva contabiliza cerca de 5 mil Pontos de Cultura registrados na Plataforma Rede Cultura Viva, distribuídos em mais de 1.400 municípios brasileiros (dados de abril de 2024), evidenciando sua capilaridade no território nacional. Esse alcance, contudo, traz consigo desafios para o fortalecimento das estruturas transversais de cultura, como a necessidade de simplificação dos processos administrativos, o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, e a superação das desigualdades regionais no acesso aos recursos. Durante a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em 2025, ações como a disseminação de folhetos para estimular o registro de aldeias indígenas como Pontos de Cultura e os debates com o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) evidenciaram a necessidade de ampliar a participação efetiva dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs) nos processos decisórios, especialmente diante da execução descentralizada de recursos da Lei Aldir Blanc. Embora o modelo baseado na valorização das redes

comunitárias e na descentralização do fomento permaneça como referência até 2025, seu fortalecimento demanda uma reestruturação capaz de integrar a cultura de forma transversal às agendas sociais, educacionais, ambientais e territoriais, superando a sua redução à dimensão simbólica.

Nesse contexto, a crise climática emerge como um dos maiores desafios contemporâneos, expondo uma dupla fratura: a cisão entre sociedade e natureza e a perpetuação de hierarquias entre diferentes grupos sociais, historicamente marcadas por processos de expropriação e exclusão (FERDINAND, 2021). Superar essa dupla fratura implica reconhecer a cultura como motor da transformação climática, priorizar a escuta ativa de comunidades tradicionais, construir uma cultura de risco para emergências, descarbonizar o financiamento cultural, articular políticas públicas entre ministérios e estabelecer protocolos sustentáveis para eventos culturais (OLIVEIRA, 2023).

A centralidade da cultura nas agendas socioambientais tem se manifestado em iniciativas recentes, como a Cúpula da Amazônia (2023), a Declaração de Belém e a Resolução sobre Cultura e Desenvolvimento Sustentável aprovada na Assembleia Geral da ONU em 2022. Tais documentos reconhecem os saberes e práticas culturais de PIQCTs como elementos estratégicos para a proteção ambiental, o combate à pobreza e a promoção de modos de vida sustentáveis. No entanto, apesar desses avanços discursivos, a presença da cultura permanece marginal nas estruturas operacionais da política climática e de desenvolvimento global, seguindo ausente como objetivo autônomo (*standalone goal*) nas principais agendas multilaterais; como evidenciado no “Pacto para o Futuro” das Nações Unidas, que, embora a reconheça transversalmente, não lhe confere centralidade nem a integra plenamente como dimensão constitutiva das estratégias de transformação social, ambiental e econômica.

Nesse cenário, iniciativas da sociedade civil vêm desempenhando um papel fundamental para posicionar a cultura como eixo estratégico da ação climática. A pesquisa *Cultura e Clima*, realizada pelo C de Cultura

e Outra Onda Conteúdo em parceria com o Instituto Veredas, evidenciou as lacunas e potências da interseção entre os campos cultural e ambiental no Brasil (VEREDAS *et al.*, 2023). No mesmo sentido, o *Encontro Vozes da Cultura pelo Clima*, organizado pela People's Palace Projects, Amazônia de Pé e Suraras do Tapajós, reuniu mais de 30 agentes culturais e ativistas em Alter do Chão em fevereiro de 2025, gerando propostas concretas como a inclusão da cultura nas NDCs e a criação de fundos comunitários para territórios tradicionais. Esses movimentos também se fizeram presentes no *Seminário Internacional sobre Cultura e Mudança do Clima*, promovido pelo Ministério da Cultura e pela UNESCO durante o G20, que contou com a participação ativa da sociedade civil. Dentro deste contexto, torna-se necessário repensar os modelos tradicionais de mobilização social e formulação de políticas culturais, ainda fortemente marcados por estruturas verticais e institucionalizadas.

A análise das políticas culturais desenvolvidas pela sociedade civil oferece caminhos promissores para a construção de agendas públicas mais responsivas, democráticas e enraizadas nos territórios. Nesse processo, ONGs desempenham papel fundamental ao constituírem infraestruturas sociais mais flexíveis, menos burocratizadas e mais conectadas às demandas locais, possibilitando a formulação de políticas culturais a partir da escuta ativa, da mobilização comunitária e da articulação transversal entre cultura, direitos humanos e sustentabilidade. É nesse horizonte que se insere o movimento Amazônia de Pé, cuja trajetória ilustra como práticas culturais e iniciativas de mobilização popular podem constituir infraestruturas sociais inovadoras na defesa da floresta e na construção de novos imaginários de futuro.

AMAZÔNIA DE PÉ: CULTURA, CIÊNCIA E INCIDÊNCIA POLÍTICA NA DEFESA DA FLORESTA

Enquanto um território físico e simbólico, a Amazônia é palco de intensas disputas narrativas, territoriais e políticas. Mais do

que uma paisagem natural, ela é um estado de espírito, tecido por mitos, memórias e resistências (PAES LOUREIRO, 1995). Frente às crescentes ameaças às florestas públicas não destinadas e à invisibilização das vozes amazônidas nasce em 2022 a primeira campanha do Amazônia de Pé, articulando comunicação, cultura, educação, incidência e mobilização social em defesa da floresta e de seus povos.

O movimento emerge da constatação de um vácuo legal e político em torno das florestas públicas não destinadas da Amazônia, que somam aproximadamente 56 milhões de hectares vulneráveis à grilagem, ao desmatamento e à violência ambiental. Inspirado na lógica dos projetos de lei de iniciativa popular, como a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 2010), o AdP se estruturou apostando em plataformas digitais de mobilização, alcançando milhares de pessoas em todo o Brasil com linguagem acessível, vídeos, e-mails e ferramentas de engajamento massivo. Durante essa primeira fase, a atuação da equipe operou no uso estratégico das tecnologias digitais para intervir nos processos políticos, fortalecendo novas formas de participação social. Nesse sentido, foi utilizada uma plataforma digital para a emissão de fichas de assinatura, uma jornada automatizada de e-mails voltada ao relacionamento com as pessoas mobilizadas, e a rede social como meio de disseminação de conteúdos estratégicos. No primeiro ano da campanha de coleta de assinaturas, também foi implementado o programa *Creators pelo Clima*, que engajou seis criadores de conteúdo em uma jornada formativa e de produção de materiais voltados às temáticas do clima, da Amazônia e de suas expressões culturais. De forma gradual, nos anos seguintes o Amazônia de Pé expandiu suas ações, por meio de programas de formação de educação climática, campanhas de resposta rápida, participação em eventos nos territórios e diversificação das estratégias de mobilização, investindo na consolidação de uma base territorial ativa, elemento essencial para sustentar formas de mobilização enraizadas na realidade amazônica.

O Amazônia de Pé se configura como um movimento de fronteira, articulando-se entre o espaço digital e a territorialidade concreta; entre o saber técnico produzido nos campos acadêmicos e os saberes ancestrais cultivados nas redes de parceiros locais; entre a política institucional e a micropolítica dos afetos⁴. Sua estrutura se baseia na capacidade de criação coletiva voltada para novos imaginários, linguagens e sentidos compartilhados. A integração entre práticas culturais, produção de dados, articulação comunitária e estratégias de incidência política formaram o delineado do movimento em ações sociopolíticas diversas. Há entre elas, no entanto, um fio condutor único: a proteção da Amazônia representa uma luta pela construção de um projeto de país fundado no reconhecimento, na valorização e na centralidade das vozes amazônidas. Entre os eixos que estruturam a ação do Amazônia de Pé, destacam-se duas iniciativas que operam simultaneamente nos campos simbólico e técnico-científico: a Virada Cultural e o Observatório das Florestas Públicas (OFP). Desde sua criação em 2022, a Virada Cultural Amazônia de Pé tem se consolidado como uma estratégia inovadora de mobilização socio-cultural em defesa da floresta e de seus povos. Realizada anualmente no mês de setembro, sempre com o dia 5 como data central, a Virada teve duração de uma semana em sua primeira edição (2022) e de cinco dias nas edições subsequentes (2023 e 2024). Entre denúncia e celebração, o evento configura-se como um território de performance política em que se entrelaçam expressões culturais diversas — ritmos, grafites, danças, culinária, saberes ancestrais e palavras de ordem — compondo uma estética de luta em que a arte e a cultura não são ornamentos, mas linguagens de incidência. De modo geral, as frentes de atuação são: atividades coordenadas diretamente pelo movimento Amazônia de Pé; ações financiadas por meio de edital público com apoio financeiro descentralizado a coletivos parceiros

-
- 4 A Micropolítica dos Afetos refere-se ao campo de pesquisa que analisa como os processos políticos se constituem não somente nas estruturas institucionais ou grandes aparelhos de poder, mas também nas dinâmicas cotidianas, seus encontros, desejos, emoções e modos de subjetivar as relações sociais.

e eventos espontâneos e autogestionados. Em 2022 e 2023, festivais presenciais foram realizados em cidades como Rio de Janeiro, Santarém e Alter do Chão. Já em 2024, por decisão estratégica e orçamentária, os recursos foram prioritariamente direcionados ao edital de ações e à distribuição de kits de mobilização, reforçando a aposta na descentralização e na valorização das iniciativas de base territorial.

As diretrizes principais da Virada orientaram-se, em todas as edições, por um mote central e pelo incentivo à realização de ações culturais autônomas, com suporte do movimento por meio de materiais gráficos, narrativas e ferramentas de mobilização. Em 2024, a curadoria composta por Marcele Oliveira e Zek Picoteiro não apenas selecionou propostas, mas também colaborou na concepção narrativa do evento. A proposta de entrelaçar cultura e clima foi acentuada especialmente na terceira edição da Virada, marcada pelo contexto de agravamento da crise socioambiental.

A inserção das pautas culturais no centro do debate sobre justiça climática adquire ainda mais potência no contexto amazônico, em que a cultura atua como mediadora entre mundos – urbano e rural, tradicional e contemporâneo, político e poético. Como afirma Paes Loureiro (1995), a Amazônia se expressa também pelo que é sentido e narrado em suas próprias linguagens. Nesse sentido, a Virada reafirma a cultura como ferramenta de engajamento e transformação coletiva, convocando a sociedade a virar mentes e mobilizar corpos em defesa das florestas públicas, das cidades e das culturas ameaçadas pela crise climática.

Enquanto a Virada Cultural atuava na consolidação da cultura como ferramenta mediadora e de incidência política em suas edições seguintes, o Observatório das Florestas Públicas (OFP) foi criado em 2024 em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A colaboração entre as duas organizações marcou um compromisso crescente do AdP com a comunicação científica acessível, territorializada e voltada à incidência política. Ao organizar

de forma acessível dados sobre ocupação ilegal, queimadas e vulnerabilidades socioambientais, o OFP alimenta as atuações do terceiro setor nas estratégias de pressão institucional baseadas em evidências científicas.

De modo geral, ciência, cultura e política se entrecruzam na urgência de pensar o “fim do mundo” não como um apocalipse abstrato, mas como o colapso de mundos específicos e concretos e a consequente possibilidade de futuro para todos os povos, conforme destacado por Danowski e Viveiros de Castro (2014). Essa compreensão orienta a atuação do AdP, que integra ciência cidadã — com a produção de dados sociais relevantes — ao monitoramento popular conduzido pelos próprios povos amazônicos e movimentos civis. Essa articulação evidencia a centralidade da disputa narrativa em torno dos dados e fortalece a coesão do movimento. Nesse processo, redes, narrativas e dispositivos são construídos como instrumentos práticos de uma virada epistêmica, que reconhece os saberes e práticas historicamente silenciados como fontes legítimas de conhecimento e ação política (SOUSA SANTOS, 2007). A Virada Cultural Amazônia de Pé exemplifica essa articulação ao utilizar a cultura como ferramenta de incidência política, potencializando vozes ancestrais e periféricas para afirmar uma Amazônia que não é apenas cenário, mas sujeito ativo de sua própria história.

PARA UMA METODOLOGIA DE INCIDÊNCIA CULTURAL E CIENTÍFICA: A EXPERIÊNCIA REPLICÁVEL DO AMAZÔNIA DE PÉ

A mobilização da cultura dentro do Amazônia de Pé foi pensada inicialmente como uma ferramenta de articulação para a construção da campanha inicial do movimento através do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP). Tal mecanismo legislativo é um instrumento previsto na Constituição de 1988 (artigo 61, §2º) que permite que o povo por meio de coleta de assinaturas proponha diretamente um projeto de lei ao Congresso Nacional. A ideia inicial da Virada

Cultural foi inspirada no “Amanhecer pela Redução”, mobilização nacional criada em 2015 contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que visava reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. A Virada resgata dessa experiência o poder das ações coordenadas em todo o país como ferramenta de mobilização popular. Criada como uma efeméride estratégica, ela se consolidou como um marco anual de mobilização e visibilidade em torno do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), atuando na difusão de informações, na coleta de assinaturas, na valorização dos territórios amazônicos e sua conexão com outros biomas.

Pensar as datas celebrativas como ferramentas de construção política é central em um país como o Brasil, onde a diversidade territorial, cultural e social exige mecanismos simbólicos capazes de articular diferentes atores e agendas regionais. Ao mobilizarem os afetos coletivos e referências históricas compartilhadas, as datas comemorativas funcionam como uma plataforma de visibilidade política, além do fortalecimento identitário e da criação de consensos em torno de pautas estratégicas. É o que se observa, por exemplo, em abril com o Mês dos Povos Indígenas, quando a organização do Acampamento Terra Livre (ATL) reúne milhares de lideranças em Brasília para a defesa de direitos territoriais e da autonomia indígena. De modo semelhante, o mês de junho se consolidou como marco internacional das lutas do movimento LGBTI+, com a realização de marchas, paradas e eventos de reivindicação por direitos e visibilidade em todo o país. Já em novembro, o Mês da Consciência Negra estrutura anualmente uma série de mobilizações, festivais culturais e atos políticos que reafirmam a centralidade do combate ao racismo e a valorização das culturas afro-brasileiras.

Seguindo essa lógica, o Dia da Amazônia foi oficialmente instituído pela Lei Federal nº 11.621, de 19 de dezembro de 2007, que estabeleceu o dia 5 de setembro como data nacional de celebração. O objetivo da lei foi de estimular a reflexão e a mobilização em torno da importância ambiental, social e cultural da Amazônia.

No entanto, é importante reconhecer que essa data já era comemorada informalmente desde a criação da Província do Amazonas, em 1850, por Dom Pedro II, com celebrações concentradas principalmente nos estados da região amazônica, sendo feriado apenas no estado do Acre e no município de Manaus. Originalmente marcada por uma lógica colonial, ela tem sido ressignificada por amazônidas como um símbolo de resistência, celebração dos territórios e afirmação política – processo ao qual a Virada Cultural contribui ativamente.

Com a criação da campanha para o PLIP, o movimento estruturou suas ações de modo a consolidar o Dia da Amazônia como seu principal marco de mobilização nacional. A Virada Cultural foi concebida como estratégia de potencialização do alcance e da capilaridade do projeto de lei, utilizando ações culturais para amplificar vozes, expandir a mobilização e pautar nacionalmente a data não apenas como celebração das culturas amazônicas, mas também como um momento estratégico para a defesa da floresta como solução central no enfrentamento da crise climática. Para sustentar essa consolidação, duas ideias fundamentais foram incorporadas à narrativa do movimento: em primeiro lugar, a compreensão de que a cultura é, simultaneamente, aquilo que se busca preservar e proteger, e também uma ferramenta crucial de mobilização da sociedade civil; em segundo, a necessidade de nacionalizar a pauta da proteção da Amazônia de forma descentralizada, evitando reproduzir modelos hegemônicos de poder discursivo do Sudeste brasileiro e conferindo visibilidade nacional às agendas regionais da Amazônia.

Ao longo dos últimos três anos, a Virada Cultural consolidou-se em torno de quatro eixos centrais: (i) o mapeamento de ações no Brasil; (ii) o edital de apoio a ações culturais para organizações integrantes da rede do movimento; (iii) o kit de ferramentas de mobilização, com materiais físicos e digitais de livre circulação; e (iv) a construção de uma narrativa forte e adaptável às dinâmicas políticas. Esses eixos são anualmente revisados, aprimorados e reavaliados,

garantindo uma estrutura replicável, viva e enraizada nos processos de mobilização social.

O primeiro deles foi iniciado com uma página virtual desenvolvida pela organização Nossas.org⁵ na ferramenta Bonde, usada como um arcabouço de informações necessárias para dar visibilidade às ações. Nela, textos narrativos e curatoriais, links para ferramentas de mobilização, chamadas para ação e um mapa interativo com geolocalização via Google Maps foram criados para que o público tivesse acesso às informações e também para que mais ações pudessem ser cadastradas e integradas à semana da Virada. Para isso, foram acionados todos os diferentes grupos regionais que estabeleceram parcerias com o Amazônia de Pé na consolidação das assinaturas, disseminando para além da região Norte a ideia de que “o que acontece na Amazônia não fica só na Amazônia”. Esse tipo de mapeamento, ao fortalecer a visibilidade e a articulação das ações locais, contribui para a consolidação de uma abordagem baseada em direitos humanos e para o fortalecimento de redes de informação que, historicamente, têm sido sustentadas majoritariamente pelo terceiro setor e, em parte, pela comunidade acadêmica comprometida com a justiça social e ambiental.

A estruturação do mapeamento criou as condições necessárias para impulsionar aquele que é considerado a espinha dorsal da Virada: o edital de apoio a ações culturais para organizações integrantes da rede do movimento. Criado a partir do programa “Periferia que Faz”, desenvolvido em 2021 pelo Nossas.org, o edital já destinou 1,7 milhão de reais a 129 organizações ao longo de suas três edições. A convocatória é voltada para organizações que compõem a coalizão do Amazônia de Pé, atualmente formada por 376 organizações, das quais parte atuam no campo socioambiental e parte na área cultural, havendo, em muitos casos, intersecções entre os dois campos. O

-
- 5 O Nossas é uma organização da sociedade civil fundada em 2011 que desenvolve tecnologias cívicas e metodologias de mobilização para fortalecer a ação coletiva em defesa de direitos. Atua com foco em justiça climática, racial e de gênero, por meio de ferramentas digitais, redes de ação e campanhas públicas.

modelo do edital é desenhado para desburocratizar o acesso: prevê inscrição simplificada, documentação reduzida – possibilitando a participação tanto de organizações quanto de pessoas físicas – e processos de prestação de contas mais acessíveis. Por meio de um relatório narrativo e de uma prestação de contas com maior flexibilidade quanto à exigência de recibos e comprovantes formais, a iniciativa se adapta às dinâmicas locais, considerando que, nos territórios, a emissão de notas fiscais nem sempre é uma prática comum ou viável. Ainda assim, alguns desafios persistem, especialmente no que diz respeito à barreira linguística, uma vez que parte significativa das organizações de PIQCTs, público-alvo prioritário do edital, não utiliza o português escrito como principal forma de comunicação.

O terceiro eixo da Virada Cultural – o kit de ferramentas de mobilização, com materiais físicos e digitais de livre circulação – é constituído pelas ações de bastidores que visam fortalecer e apoiar a realização das mobilizações locais. Para isso, uma série de materiais físicos – como bandeiras, adesivos e camisetas – é enviada às pessoas e organizações que cadastram ações no mapeamento oficial. Esses materiais também ficam disponíveis em formato digital sob licença *Creative Commons* (não comercial), permitindo a livre adaptação da identidade visual pelas iniciativas locais. Desde 2024, o movimento também disponibiliza um Guia de Ações, um manual prático com orientações para cine-debates, exposições e ações de ativismo, além de textos sobre cultura, clima e a defesa das florestas públicas. Complementam esse eixo formações virtuais voltadas a quem deseja organizar atividades em seus territórios. Em 2022, as oficinas envolveram professores do ensino fundamental; em 2023, estudantes e docentes universitários; e, em 2024, mais de 300 lideranças locais participaram de encontros sobre comunicação comunitária e realidades territoriais na Amazônia.

O quarto eixo da Virada Cultural – a construção de uma narrativa forte e adaptável às dinâmicas políticas – dá unidade ao processo de

mobilização. A estratégia narrativa é viva e responsiva, com um mote central definido a cada edição em diálogo com o contexto nacional. Em 2022, a Virada ecoou a importância da proteção da floresta e de seus povos às vésperas das eleições. Em 2023, o julgamento do Marco Temporal impulsionou o fortalecimento da luta pelos direitos territoriais indígenas como eixo central da mobilização⁶. Já em 2024, o foco nas florestas públicas exigiu ajustes diante da emergência das queimadas que devastaram cerca de 5,65 milhões de hectares apenas no mês de agosto, atingindo principalmente o Cerrado e a Amazônia (MapBiomias). Construir uma narrativa forte e adaptável implica, para o movimento, reconhecer que se atua em tempos de emergência climática – o que demanda revisão e atualização contínuas da mensagem para garantir sua relevância, potência política e capacidade de mobilização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência do AdP, é possível identificar recomendações importantes para a construção de políticas públicas mais eficazes na integração entre mobilização cultural e produção de conhecimento aplicado. Primeiramente, a importância de criar mecanismos que apoiem simultaneamente ações culturais e projetos de levantamento comunitário de dados, fortalecendo o vínculo entre expressão simbólica e base técnica. Para isso, vale reforçar que essas iniciativas sejam estruturadas em parceria com ONGs de base comunitária, capazes de atuar como pontes entre saberes locais e processos institucionais, reduzindo barreiras burocráticas e ampliando a capilaridade das ações.

-
- 6 O Marco Temporal defende que povos indígenas só teriam direito às terras sob sua posse em 5 de outubro de 1988 – tese rejeitada pelos movimentos por violar direitos originários. Embora declarada inconstitucional pelo STF em 2023, o Congresso aprovou uma lei restabelecendo-a. Em 2025, o ministro Gilmar Mendes prorrogou até junho o processo de conciliação entre governo, indígenas e ruralistas.

Além disso, a implementação de formações cruzadas – capacitando artistas em direitos humanos e meio ambiente, e pesquisadores em estratégias culturais de mobilização – deve ser realizada em colaboração com organizações que já atuem em processos formativos territoriais, valorizando metodologias participativas e pedagogias emancipadoras. Observatórios e programas de monitoramento social, por sua vez, se beneficiariam de incorporar a cultura como dimensão estratégica de análise, integrando gestores e comunicadores populares às suas estruturas, preferencialmente em arranjos colaborativos com organizações da sociedade civil que detenham expertise nas áreas de cultura, meio ambiente e direitos humanos. As campanhas públicas precisam fortalecer eixos simbólicos de comunicação social, desenvolvendo parcerias com redes culturais independentes e organizações comunitárias para garantir a produção de narrativas que conectem a técnica ao sensível, o dado ao território. Por fim, para o fortalecimento de narrativas locais, é fundamental fomentar a coprodução com coletivos e ONGs enraizadas nos territórios, assegurando que os processos de articulação entre saberes, dados e expressões culturais sejam liderados por profissionais locais e respeitem a diversidade dos contextos socioculturais.

Para viabilizar essas articulações entre o Ministério da Cultura (MinC) e o terceiro setor, há a possibilidade da criação de instrumentos específicos de cooperação, como termos de colaboração e acordos de cooperação técnica, nos moldes previstos pela lei nº 13.019/2014 e a seguir aprimorados pela lei nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015. Esses instrumentos podem estruturar parcerias que possibilitem o financiamento direto de projetos culturais de incidência territorial, a realização de formações cruzadas em direitos humanos e cultura, e o suporte a ações de levantamento comunitário de dados culturais e socioambientais. A formalização de chamadas públicas específicas, voltadas para organizações da sociedade civil que desenvolvam projetos na interseção entre cultura, clima e direitos humanos, permitiria garantir maior transparência,

capilaridade e aderência às diretrizes de participação social e descentralização previstas na Política Nacional de Cultura Viva e no Sistema Nacional de Cultura.

Além disso, para fortalecer a capacidade institucional do MinC no monitoramento e na formulação de políticas públicas culturais mais territorializadas, reforçamos a necessidade de fortalecer um Banco de Dados Culturais e Socioambientais, alimentado a partir dos dados sistematizados por organizações parceiras da sociedade civil. Esse banco de dados, sob gestão pública e orientado por princípios de dados abertos e direitos humanos, poderia integrar informações provenientes dos mapeamentos culturais, levantamentos participativos e relatórios de incidência territorial realizados por projetos financiados ou apoiados pelo Ministério. Tal iniciativa fortaleceria as bases empíricas das políticas culturais, ampliando a capacidade de diagnóstico territorial, monitoramento de impactos e planejamento estratégico de programas voltados à proteção da diversidade cultural, à justiça climática e à ampliação dos direitos culturais em escala nacional.

REFERÊNCIAS

BEIRAK, Jazmín. *La cultura ingobernable: un escenario de radicalización democrática*. Barcelona: Ariel, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Art. 61, §2º. Brasília: Presidência da República, 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. *Declaração de Belém: Cúpula da Amazônia*. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/declaracao-de-belem>. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura (PNC)*. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: uma leitura a partir do programa Cultura Viva. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 3., 2007. [Anais...]. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.
- CULTURA E CLIMA. *Cultura e Clima: uma agenda para o setor cultural frente à emergência climática*. 2023. Disponível em: <https://culturaeclima.com.br/>. Acesso em: 17 maio 2025.
- CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2014. 176 p.
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.
- HAWKES, Jon. *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's Essential Role in Public Planning*. Melbourne: Common Ground Publishing; Cultural Development Network, 2001. ISBN 1-86335-049.
- LOPES, José Sergio Leite. Ritual e Política: datas comemorativas e construção da memória social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000.
- MONTEIRO, Pablo Ortellado. Tecnopolítica e mobilização digital: ativismo em rede no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 3., 2013, São Paulo. São Paulo: LAVITS, 2013. Disponível em: <https://lavits.org/iii-simposio-internacional-lavits-2/>. Acesso em: 17 maio 2025.
- OLIVEIRA, Marcele. A Virada Cultural para a conscientização climática. In: INSTITUTO VEREDAS; C DE CULTURA; OUTRA ONDA CONTEÚDO. *Cultura e Clima: uma agenda para o setor cultural frente à emergência climática*. Brasília: Instituto Veredas, 2023. p. 38–39. Disponível em: https://www.veredas.org/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/relatorio_cultura-e-clima.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.
- PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Cultura Amazônica. Uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 84, p. 37–64, 2011. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Politicas-culturais_governo_Lula.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

SANTOS, Milton. *Cidadania mutilada: a luta pelo conteúdo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. London: Routledge, 2014.

THROSBY, David. *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

UNESCO. *Declaração de Hangzhou: colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável*. Hangzhou, China, 15–17 maio 2013. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221238>. Acesso em: 17 maio 2025.